



NAÇÃO CRIOULA E NARRATIVA CRIOULA: MESCLAS DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UM RETRATO COMPLEXO DA ESCRAVIDÃO

*CREOLE NATION AND CREOLE NARRATIVE:
DISCOURSE MERGES IN THE CONSTRUCTION OF A
COMPLEX PORTRAIT OF SLAVERY*

Dr. Marcelo Franz¹, Victor de Barros Rodrigues²

RESUMO: Analisamos no romance *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* (2011), de José Eduardo Agualusa, a relação entre os discursos histórico e ficcional destacando o modo como a obra dialoga intertextualmente com a criação de Eça de Queirós por meio da figura do protagonista e como rememora o tráfico negreiro praticado pela tríade Portugal, África e Brasil. A junção desses discursos resulta na constituição de um texto que definimos como “crioulo”, tendo por base a definição do teorizador Édouard Glissant.

PALAVRAS-CHAVE: Nação crioula, intertextualidade, história, criouliização

ABSTRACT: *We analyzed in the novel Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes (2011), by José Eduardo Agualusa, the relation between historical and fictional discourses highlighting how the novel dialogues intertextually with Eça de Queirós’s creation through the protagonist figure and how it recalls the slave trade practiced by the triad Portugal, Africa and Brazil. The combination of these discourses results in a kind of text that we define as “creole”, according to the definition of the theorist Édouard Glissant.*

KEYWORDS: *Nação crioula, intertextuality, history, creolisation*

1 Professor de Literaturas de Língua Portuguesa - UTFPR – Curitiba-PR. mfranz4390@gmail.com

2 Mestrando em Estudos Literários – UFPR. victorbarrosbr@gmail.com

Escravidão – História e Literatura

Numa das primeiras lições de história nacional que recebemos na escola, aprendemos que, com a decisão de colonizar as terras descobertas na América e o início da extração do pau-brasil, Portugal teve de se valer do regime escravista de trabalho. Todavia, devido à incompatibilidade dos índios com a intensidade do trabalho que lhes era imposta e a sua resistência ao cativo, a solução vislumbrada pelos colonizadores foi a importação de africanos via tráfico negreiro – comandado por comerciantes particulares respaldados e amparados de longe pelo reino de Portugal –, uma prática comercial das mais prósperas à época, estendendo-se por mais de três séculos com fortes consequências econômicas e culturais para os três agentes envolvidos nessa triangulação que teve no oceano Atlântico o seu ponto de contato: portugueses, brasileiros e africanos.

Para os colonizadores, a importação dos escravos africanos facilitava o controle, já que a sua inserção em um território desconhecido e perigoso tornava a resistência ao trabalho forçado menor do que a dos índios, que aqui se encontravam adaptados ao ambiente e conhecedores de rotas de fuga. Ademais, os negros não se beneficiavam de lei alguma que os protegesse, como as poucas que havia para os índios. Diante disso, os europeus possuíam, para seus interesses, mão de obra escrava hábil, regular e adequada ao trabalho de que precisavam, quase sem inconvenientes além dos pontuais focos de revolta, prontamente combatidos com a violência da repressão e o estabelecimento de uma experiência forçada de sub-humanidade aos escravizados. Os proprietários desde cedo se acostumaram à lucratividade proporcionada pelo escravismo, que, segundo Joaquim Nabuco, deixaria marcas indeléveis na constituição da mentalidade brasileira, expressas nas relações de raça e de classe. É deste pensador do século XIX a previsão de que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (NABUCO, 2012, p.190).

Não são poucas as obras que, tanto na literatura brasileira como na africana de língua portuguesa, abordam a temática da escravidão, com diferentes enfoques ideológicos e distintos retratos de escravizados e de senhores, que são determinados pelas coordenadas estéticas de cada situação histórica do contexto de criação. O romance *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* (2011), do escritor angolano José Eduardo Agualusa, assume como foco de seu enredo a discussão de alguns aspectos desse fato histórico vendo em paralelo – e de modo complementar – a sua ocorrência na África (com a intrincada rede de interesses de elites locais e colonizadores portugueses envolvidos na captura e no envio de seres humanos comercializados para a América) e no Brasil (com a importância da manutenção do escravismo para os poderosos daqui, resistentes a qualquer mudança desse quadro).

Num evidente alinhamento com as formas do romance histórico contemporâneo, com sua variação tipológica abordada por diferentes teorizadores, a narrativa situa sua ação ficcional no complexo espaço de convivência comercial, cultural e humana que se estabelece entre os membros da triangulação atlântica, um fenômeno histórico que deu a base para a caracterização do que seriam, depois do seu evento (com marcas fundas, notadas até a contemporaneidade), as “nações crioulas” de Portugal, Angola e Brasil, aproximadas pela ocorrência trágica da escravidão.

Intertextualidades: entre o Ficcional e o Historiográfico

Em *O demônio da teoria*, Antoine Compagnon afirma que “não se pode fazer referência senão àquilo que existe” (COMPAGNON, 2011, p. 12). Esta frase se refere à linguagem ficcional, que, segundo o autor, estaria sempre no limite entre uma representação carregada do senso de abstrato – a linguagem entendida

como sistema – e o que vemos como referente real, ou seja, a escrita ficcional é oriunda de uma realidade concreta exterior, transfigurada pelo artista da palavra. Dito isso, o mínimo que se pode concluir é que a relação existente entre o ficcional e a realidade histórica é tênue, permeável a todo tipo de mesclas e indefinições, sendo uma constante na trajetória da criação ficcional de qualquer época, a despeito de se utilizar o termo “romance histórico” em contextos mais circunscritos temporalmente, como o que se vê no século XIX, na voga do movimento romântico, ou nas ocorrências pós-modernas dessa vertente.

O século XIX não é o período inaugural do cruzamento de discursos históricos com ficcionais. Contudo, o apego idealizado ao passado das nações e a sua busca como “inspiração” do ideal revolucionário que, em muitos casos, embasa o nacionalismo exaltado que contamina o discurso dos artistas, é o que explica a expansão dessa forma ficcional no século XIX, cuja teorização mais aprofundada é a de György Lukács, em *O Romance Histórico* (2011).

Segundo Linda Hutcheon (1991), a pós-modernidade vem a engendrar a criação de uma nova consciência do histórico na ficção – ou elaborado discursivamente a partir dos termos desta, no sentido de se entender uma ficcionalidade intrínseca ao historiográfico, que é algo impensável na concepção de romance histórico à moda oitocentista.

De acordo com essa autora, na literatura atual há um projeto de recuperação, posicionamento e questionamento crítico a respeito de temas cristalizados pela historiografia oficial; nesse projeto, apropriar-se de personagens e acontecimentos históricos e (re)contextualizá-los poeticamente é um dos métodos de composição literária que certos autores manuseiam de forma particular. A metaficção historiográfica torna os romances “intensamente auto reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos” (HUTCHEON, 1991, p.21). Diferentemente do romance histórico tradicional, o de metaficção historiográfica focaliza determinados personagens e acontecimentos históricos que serão transfigurados pela criatividade do escritor em uma perspectiva distinta daquela em que, de fato, se sucederam, passando a assumir destaque na obra literária. O efeito disso é o convite a que se entenda o fato histórico a partir de outro prisma, subvertendo o problemático (e sempre contestável) estatuto de verdade do relato historiográfico.

Assim, distorcer – conscientemente – a realidade é uma maneira astuta de, pelo viés possibilitado pela literatura, destacar e recontar feitos de personagens marginalizados pela história oficial e lembrar acontecimentos menores que, talvez pela grandeza atribuída a outros fatos, ficaram distantes de nosso conhecimento.

Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes é um romance histórico em formato epistolar em que Agualusa, ao misturar ficção com registros historiográficos, narra as andanças do personagem Fradique Mendes por Angola e pelo Brasil, testemunhando aspectos complexos da vida desses países (e, de modo mais distanciado, também de Portugal) ligados ao tráfico de escravos numa época – metade do século XIX - em que essa prática comercial já estava em vias de ser (ao menos “oficialmente”) extinta devido às pressões da Inglaterra sobre as nações que ainda investiam nela.

Fradique Mendes é um personagem emprestado e transportado intertextualmente da obra de Eça de Queirós e, evidentemente, (re)contextualizado para protagonizar, no texto de Agualusa, os acontecimentos narrados durante a estruturação (e desestruturação) do processo colonial português na África, bem como as relações triangulares ocorridas entre Portugal, Angola e Brasil. O personagem de Eça originalmente figura na *Correspondência de Fradique Mendes*, cujas primeiras aparições em jornais e revistas de



Portugal datam de 1888, com publicação em livro em 1900. Não raro, se costuma entendê-lo como uma espécie de alter ego do próprio Eça em sua versão madura, de crítica irônica tanto aos descaminhos nacionais como aos excessos da estética realista assumidos pelo autor em fases anteriores. Além disso, ele é uma voz ficcional que, em sua correspondência, se volta frequentemente contra os desacertos da ideia de “modernidade” em terras portuguesas, com tradições tão arraigadas.

Desse modo, além da intertextualidade em relação à historiografia, *Nação crioula* dialoga também com a literatura, seja na referência a personagens ficcionais, seja na referência a autores e seu contexto de criação. A “correspondência secreta” aludida no título é composta por 25 cartas de Fradique, endereçadas a diferentes destinatários, tais como Madame Jouarre, sua madrinha (também personagem de Eça), Ana Olímpia, sua amada, e o próprio Eça de Queirós, com quem Fradique mantém estreitos e fortes laços de amizade. Mas, além das do protagonista, há no livro, ao final, uma importante carta atribuída a Ana Olímpia e dirigida a Eça de Queirós com alguns esclarecimentos sobre incidentes do enredo e sobre a própria correspondência de Fradique.

O título do livro refere-se ao último navio negreiro que parte de Angola e atravessa o oceano com destino ao Brasil, carregando a bordo os últimos africanos comercializados como escravos na rota do Atlântico Sul. Mas o adjetivo “crioula” se reveste de um sentido metafórico e alegórico amplo, a princípio sugerido pelo referente histórico real (o navio com esse nome) para depois ganhar outras conotações, podendo se aplicar ao Brasil – nação do desembarque dos escravizados e crioualizados por eles –, mas também a Angola (ponto de partida desse processo cultural, já crioualizado pela colonização portuguesa) e mesmo a Portugal (nação que, com erros e acertos, encetou a aproximação dos lados opostos do Atlântico criando, pela difusão da lusofonia, uma nação “transnacional” essencialmente crioula: a dos falantes do português no mundo). Em outra sequência desse estudo, pretendemos destacar a temática da crioualização servindo-nos do que, a esse respeito, nos propõe a teorização de Édouard Glissant (2005). Cumpre salientar, por ora, que a percepção da polissemia do conceito de “crioulo”, como o romance de Agualusa o utiliza, ocorre *pari passu* à revisão crítica da história oficial. Isso é obtido, como veremos, pelo processo de crioualização do próprio discurso ficcional, aberto a variadas mesclas.

Ao estabelecer um diálogo entre história e literatura e ao reviver e exaltar personagens marginalizados pelo que a história nos conta (ou, mais propriamente, omite), *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* se firma como um romance de deliberada problematização dos relatos historiográficos. Um modo oportuno de se ler o texto é indagar como se dá a ficcionalização da história oficial no modo como o discurso ficcionalizado pode alterar e ressignificar a historiografia do Brasil do fim do século XIX pelo destaque dado, ao mesmo tempo, ao ponto de vista de personagens factuais (no sentido de existentes) e ao dos personagens criados pelo autor, sobretudo o protagonista, Fradique, o qual é, na verdade, uma recriação do literário, em si mesma ressignificada. Quais são os pontos de intersecção e choque (ressignificador) dos discursos da ficção e da história? A nosso ver prevalece a intenção de mesclá-los criticamente. Como isso ocorreria?

Fradique “Crioualizado”, Brasil “Crioualizado”

Segundo Darcy Ribeiro, a partir da fusão e mescla das três raças que passaram a habitar o Brasil logo após o descobrimento (o branco europeu, o índio nativo e o negro africano) originou-se uma nova linhagem, à qual chamamos de povo brasileiro. Uma confluência de línguas e culturas atadas a uma matriz portuguesa resultante em uma sociedade ímpar, multiétnica e sincrética (RIBEIRO, 2013, p. 18).

Pelo viés da ficção revisionista, *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* se reporta a acontecimentos verídicos desse contexto não com o mero intuito de recontá-los, mas de trazê-los à tona

sob uma perspectiva crítica. O título do livro, por aludir à condição “crioula” que surge do encontro racial que marca a constituição da identidade brasileira, remete à ideia de mescla, e é instigante supor que tal ocorrência se traduz textualmente pela opção de “mesclar”, no plano do enredo, os discursos da historiografia e da literatura, ambos relidos e ressignificados.

A referência à diáspora negra no romance costuma se dar, o mais das vezes, em conformidade com o conhecimento sedimentado pelo que a narrativa da história do Brasil nos ensina. Na última carta que compõe o romance, Ana Olímpia afirma: “Para a maior parte dos escravos, portanto, aquela jornada era uma passagem através da morte. A vida que deixavam em África era a Vida: a que encontravam na América ou no Brasil, um renascimento” (AGUALUSA, 2012, p.199). Porém o desenvolvimento da ação e o protagonismo conferido aos escravizados marcam o distanciamento dos dados gerais da história oficial.

A segunda parte do título (que talvez funcione como um subtítulo), “a correspondência secreta de Fradique Mendes”, anuncia os traços propriamente ficcionais que irão compor a estrutura narrativa do romance, enquadrando-o numa linha de intenso diálogo intertextual com o discurso literário pela retomada – de efeitos ressignificadores – de um personagem de Eça de Queirós.

Considerando que a mescla do histórico com o ficcional não constitui novidade e a intencionalidade crítica do romance de metaficção historiográfica em face do relato consagrado da história é uma de suas marcas mais salientes, o traço original da criação de Agualusa reside justamente na opção pelo diálogo com a obra de um escritor, Eça de Queirós, cujos pronunciamentos a respeito da escravidão ou mesmo do projeto colonial português em África não constituem a parte mais conhecida ou celebrada do que escreveu, em que pese a onipresença da consciência mordaz face aos descaminhos do país (o que talvez incluísse esses assuntos), dispersa em tudo o que produziu. Por que Eça de Queirós? Por que Fradique Mendes? Agualusa responde:

Eu precisava, para escrever *Nação Crioula* de alguém como Fradique! Que fosse, e ele é, um europeu — com toda a carga de preconceitos que tem — e, simultaneamente, um homem aberto ao outro. Ao diferente. A verdade é que, apesar de todos os seus defeitos, Fradique Mendes é isso! O Fradique é muito mais aberto do que o Eça de Queirós! É um tipo que se interessa por viajar, por outros horizontes — é um homem muito adiantado para o seu tempo... (Cf. LEME, 2009)

Com efeito, o desbravar de novos horizontes por esse português, conhecedor e frequentador do *grand monde* elitizado das principais capitais europeias e, ao mesmo tempo, motivado pela busca de aventura e contato com o novo – a ponto de se integrar com curiosidade e respeito ao desconhecido – é o que se vê de modo geral, em suas cartas. Suas anotações dirigidas a vários destinatários funcionam como o testemunho de um desbravador que justapõe o intuito de alcançar glórias num mundo distante do seu (algo compatível com o comportamento de tantos exploradores desse tempo, de diferentes nacionalidades) ao interesse de se transformar, “limpando-se” o quanto possa dos vícios de sua condição de europeu dominador. A aparente distância que vai da origem social e cultural de Fradique para o mundo que ele intenta conhecer ao chegar em Luanda, no início do livro, reflete e potencializa o efeito de “crioulização” discursiva presente na ficção de Agualusa. O “dândi” cosmopolita se deixa seduzir e confundir pela “selvageria” dos costumes africanos (dentre eles a própria escravidão, naturalizada no modo como distintos segmentos da população local a aceitavam e dela se beneficiavam, tornando-a o seu modo de vida). Essa fusão de realidades discursivas distintas – Fradique Mendes (o almofadinha queirosiano) num enredo que debate criticamente o tráfico de africanos escravizados para o Brasil – nos propõe uma experiência “crioula” de diálogo entre a literatura e a história.



Convém detalhar melhor o conceito de criouliização do modo como o entendemos aqui. No livro *Introdução a uma poética da diversidade* (2005), Édouard Glissant, atendo-se mais de perto ao caso caribenho, procura uma compreensão da realidade histórica e cultural do continente americano salientando que fatores como o tráfico de escravos africanos, o sistema de exploração da terra (*a plantation*) e a economia baseada na escravidão são fatores decisivos para a formação cultural e linguística dos povos americanos colonizados pelos europeus. Para o autor, no que concerne aos estágios do desenvolvimento de suas identidades, haveria três Américas: a Mesoamérica (a dos povos nativos, dos “indígenas”), a Euro-América (alicerçada na herança cultural imposta pelo colonizador europeu e absorvida como “norma” pelos colonizados) e a Neoamérica (criada a partir do fenômeno da diáspora e da escravidão dos negros africanos, marcada pelo que o autor define como a criouliização).

Qualquer inserção de comunidades num ambiente cultural distinto do da sua origem abre a possibilidade de hibridizações e mesclas. Contudo, a condição do escravo africano inserido à força em terras americanas gera um complexo processo de mesclagem que se distingue do que é vivido pelo dominador. Enquanto os europeus ocuparam o continente munidos de seus elementos culturais familiares e os impunham aos outros grupos culturais (não deixando de receber dados da cultura do dominado num intercâmbio que também os modificaria ao longo do tempo), os escravos africanos se viam desprovidos de tudo o que lhes era familiar, vivenciando o papel do que Glissant denomina migrante nu: “aquele que foi transportado à força para o continente e que constitui a base do povoamento dessa espécie de circularidade fundamental” (GLISSANT, 2005, p. 21).

Mas a adaptação à hostilidade da condição escrava e a fragmentária preservação de uma memória do mundo deixado na África – herdada e reprocessada pelos descendentes de escravos aqui nascidos – criou algo imprevisível. Isso engendrou a criação, ao longo de todo o continente americano, de uma memória coletiva comungada inconscientemente por diferentes comunidades negras. A expressão cultural crioula se baseia na incorporação – eventualmente crítica e ressignificadora – dos elementos de cultura e dominação do escravizador, como sua língua, sua religiosidade e sua tecnologia. As formas de arte crioulizadas surgidas na América exemplificam essa acomodação de resultados surpreendentes, como o que se vê na criação do jazz, originada da utilização de instrumentos de “brancos” num registro sonoro que reproduz, pela espontaneidade, a improvisação e a ênfase à percussão, rastros/resíduos de ritmos africanos fundamentais (GLISSANT, 2005, p. 20).

Indo além do debate sobre aspectos linguísticos (uma vez que o conceito de “língua crioula” é já bastante consolidado conceitualmente), para Glissant, a criouliização cultural e identitária surge por meio da combinação imprevista e improvisada de elementos culturais completamente disparatados que resultam em uma nova cultura. Tal fenômeno não implicaria obrigatoriamente o da mestiçagem (haja vista o que ocorreu na América do Norte onde, pelo sistema segregacionista adotado desde o início da escravidão, a mistura racial se mostra mais contida do que em outras partes da América). Mas é evidente que o cruzamento de etnias potencializa esse fenômeno.

A lógica do raciocínio de Glissant (2005) parece se aplicar também ao processo colonial na África, tematizado no romance que aqui analisamos. Ocorre que pensar na criouliização naquele continente resultaria em destacar como complexidade maior a imposição do êxodo de parte considerável da população local refletindo-se na construção de identidades novas, crioulizadas já nos cativeiros e nos navios negreiros, onde grupos étnicos diferentes, de variados idiomas, eram forçados a conviver por obra da violência desse processo. Por outro lado, é lícito se pensar na criouliização como a transformação vivenciada pelo colonizador no contato com o mundo explorado e dominado por ele. No livro *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*, Alberto da Costa e Silva faz a biografia de um dos mais célebres traficantes de escravos da costa atlântica da África no século XIX, o brasileiro cujo nome aparece no título. Ao descrever a inserção de comerciantes portugueses e brasileiros (brancos), no ambiente africano, o autor assim os descreve:

Alguns se africanizaram ou reafrikanizaram inteiramente. Outros transformaram-se em verdadeiros centauros culturais: africanos entre africanos, europeus ou europeizados quando em contato com europeus. E havia ainda os que, mestres em lidar com a gente da terra, não cederam a seus costumes e se guardaram brasileiros (SILVA, 2004, p. 39)

De fato, ao descrever ficcionalmente a situação dos mercadores de escravos situados em Angola, Agualusa compõe um cenário de franca mesclagem cultural ao qual eles se dão, o que não conflita com os interesses comerciais em jogo (e nisso reside uma das ironias não de *Nação crioula*, mas da própria história da escravidão). Trata-se de uma criouliização a que o narrador missivista Fradique Mendes também se submete, sobretudo porque o que o impulsiona é o sentimento amoroso por uma cativa – Ana Olímpia – com a qual vem a conhecer, na travessia do Atlântico, o lado desumano do “negócio” negreiro e, em sua chegada, testemunha a força da criouliização (nos termos da tese de Glissant mencionados acima) operada em terras brasileiras pelos cativos trazidos de Angola.

O desenvolvimento de enredos através de cartas tem, geralmente, como finalidade conferir um maior realismo aos fatos de passado imediato. Em *Nação crioula* essa intenção não é diferente. As cartas se aproximam e se assemelham a relatos de viagem, a um diário ou até mesmo a uma biografia de quem as remete, partindo da premissa de que os conteúdos expostos nas correspondências são registros e reflexos das focalizações, impressões e percepções pessoais do protagonista-narrador-remetente, Fradique Mendes, em face de determinadas experiências. Mas o livro revela também, no que tange às cartas, uma autoconsciência ficcional que burla, propositalmente, a intenção realista que se pudesse ter com elas. Na carta de autoria de Ana Olímpia dirigida a Eça de Queirós, depois de dar detalhes (a partir de seu ponto de vista) sobre sua relação com Fradique – a essa altura já morto –, ela assim o define:

Fradique não nos pertence, a nós que o amamos, da mesma forma que o céu não pertence às aves. As suas cartas podem ser lidas como os capítulos de um inesgotável romance, ou de vários romances, e, nessa perspectiva, são pertença da humanidade. (AGUALUSA, 2012, p.170)

A trama ficcional criada, naquilo que retoma de Eça de Queirós, sugere, a partir do subtítulo de que tratamos antes, que as cartas de Fradique expostas na obra de Agualusa estariam guardadas e só agora vieram à tona. Ana Olímpia se refere, entretanto, a um universo de cartas que é maior e inclui o que teria sido escrito pelo próprio Eça. Aprofundando essa sobreposição de discursos (o ficcional e o metaficcional), um dos personagens, o rico negociante Victorino, de quem o protagonista se aproxima (e que é o primeiro marido de Ana Olímpia), assim define Fradique Mendes: “não é um homem [...] é uma invenção literária” (AGUALUSA, 2011, p.173).

O diálogo com o literário e essa consciência da representação – descarnada na revelação de se tratar de uma criação com os dois pés fincados no ficcional – atua como um reforço para a problematização do estatuto de verdade do historiográfico com o qual o romance também dialoga. Isso é obtido por meio de uma apurada mescla textual que criouliiza a obra – no seu plano textual – a fim de melhor refletir, na dimensão dos enredos, a temática da criouliização do mundo novo e do Brasil propiciada pela diáspora negra, conforme nos autoriza a ponderar a reflexão de Édouard Glissant.

Mas a criouliização do próprio Fradique é um dos incidentes mais significativos do enredo. Em sua primeira carta, Fradique Mendes escreve à sua madrinha, Madame Jouarre, contando de sua chegada em Luanda, aonde foi em visita amistosa a membros da elite colonial portuguesa na África, como o Coronel Arcênio de Carpo, um notório mercador de escravos. Suas primeiras impressões sobre o país são as piores,



seja pelo que vê de desorganizado ou primitivo ao seu redor, seja pelo que lhe revelam os comportamentos das lideranças políticas e econômicas, envolvidas no negócio da escravidão. Suas posições ideológicas se modificam conforme a narrativa se desenvolve e o contexto em que se insere e com o qual interage. Na carta direcionada a sua madrinha em junho de 1868, Fradique despede-se com a seguinte frase: “Um país que me surpreende todos os dias. Seu afilhado quase africano, Fradique” (AGUALUSA, 2011, p.28).

Essa africanização – e o posterior abasileiramento – decorre da aventura vivida em função do amor por Ana Olímpia, que conheceu quando ela ainda era casada e figura destacada da alta sociedade de Luanda. Ana Olímpia era filha de um príncipe congolês que tinha três esposas. Numa situação bastante comum nas relações entre monarcas tribais em constante conflito – patrocinado, obviamente, pelo dominador europeu – esse príncipe e suas esposas são capturados pelos portugueses e as mulheres são postas no regime de escravidão. A mãe de Ana Olímpia estava grávida dela no momento em que foi comprada por Victorino Vaz de Caminha. Aos 14 anos, Ana obtém sua liberdade ao casar-se com seu proprietário, que não mede esforços para a educação intelectual de Ana, tornando-a uma mulher culta, além de rica, embora oficialmente não a tenha alforriado. Com a morte de seu marido, ela volta a ser escrava, já que seu cunhado, Jesuíno Vaz de Caminha, adquirindo os bens de Victorino, trata-a como “propriedade” sua, vendendo-a a Gabriela, uma rica senhora que ostentava uma grande inveja dela. A solução é fugir de Angola.

Fradique e Ana de Olímpia embarcam junto com a tripulação do Nação Crioula. Os dois veem a viagem para o Brasil como uma possibilidade de escapatória de Angola e das constantes perseguições que Ana sofria já que, além de voltar à condição de escrava, ela era alvo de interessados na herança que recebera de seu marido rico. Ironicamente, a busca pela liberdade acontece numa viagem que traz ao Brasil um grupo de cativos que serão escravizados. Fradique assim comenta essa situação

Os escravos que nestes últimos anos cruzaram o Atlântico, aos milhares, fechados durante vinte ou trinta dias em sórdidos porões, hão-de ter pisado a mesma praia que eu, cegos, confusos, crentes certamente de que viveram uma única e inesgotável noite sobre o mar (AGUALUSA, 2011, p.91)

O casal fixa residência em terras brasileiras onde, além de reforçar a sua união, vem a ter um filho. Simbolicamente, a imagem do filho de Fradique e Ana reflete uma hibridização cultural vivida por ambos que foi – e é – tão comum no Brasil. A despeito da observação da violência de que são vítimas os escravos negros chegados ao país, o romance de Agualusa expõe, no discurso do narrador, as consequências amplamente positivas da presença do negro na cultura brasileira:

Manuel Quirino, que julgo ser o primeiro historiador brasileiro a interessar-se pelo destino dos escravos neste país. Quirino estuda há vários anos os rituais, as festas, as artes e a culinária dos negros. Ele acha que a originalidade do Brasil, ou seja, a sua nacionalidade, é resultado essencialmente da influência africana e da mestiçagem (AGUALUSA, 2011, p.156)

Com efeito, ao abordar as consequências da adaptação dos africanos à terra para onde foram transplantados à força, subjugados pela imposição de interesses comerciais que os desumanizavam, o romance se volta à cogitação da possível “invenção” do país pela intensidade da presença africana em distintas dimensões da vida brasileira. O processo de criouliização ligado à sua inserção no país é um dos responsáveis pela definição da identidade brasileira, conforme bem testemunha o missivista “crioulizado” Fradique Mendes.

É oportuno salientar que, no que concerne à transformação vivida por Fradique, o ponto culminante é, em sua experiência brasileira, o envolvimento com a causa abolicionista, impulsionado pelo que vivenciou no contato com a exploração dos escravos, o que lhe vale a perseguição dos poderosos

locais e motiva a sua saída do país ao final da ação. O livro ficcionaliza figuras reais importantes do movimento abolicionista como José do Patrocínio, Luís Gama e Joaquim Nabuco, com os quais Fradique e Ana convivem. O pensamento do protagonista, forjado na experiência de contato com a realidade da escravidão é assim sintetizado:

É evidente para mim que o sistema escravagista há-de ser derrubado pelos filhos dos escravocratas, da mesma forma que foram os filhos dos colonos, e não os índios, a proclamar a independência, aqui, no Brasil, e em todas as restantes nações americanas. José do Patrocínio, porém, entende que devem ser os negros e os mulatos a dirigir esta revolução e Ana Olímpia pensa como ele. Ontem disse-me: “Se forem os brancos a oferecer a liberdade aos pretos nunca mais seremos realmente livres. Temos de ser nós a conquistar a liberdade para que possamos depois olhar para vocês de igual para igual” (AGUALUSA, 2012, p.158)

Em sua luta por transformar essa realidade, Fradique acaba por se transformar, constituindo uma grande complexidade como figura de ficção.

A construção textual da “crioulidade”

A obra *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes* é um vasto campo para os interessados nos estudos intertextuais, uma vez que aproxima e tensiona os discursos histórico e ficcional. Entendemos que assim o romance cria a imagem textual da criouliização do Brasil a partir do fato histórico da escravidão negra. São retratados contextos envolvendo a colonização portuguesa em Angola, o tráfico negreiro e a escravidão de negros no Brasil para, a partir da tomada de elementos factuais, desenvolver a ficção. E nisso o livro se define como exemplo do que Linda Hutcheon (1991) denomina metaficção historiográfica.

Porém, além dessa intertextualidade, *Nação Crioula* estabelece também uma relação com o discurso literário ao transportar e recontextualizar o protagonista Fradique Mendes da obra de Eça de Queirós, sucedendo-se assim um diálogo com a própria literatura.

A mescla de discursos históricos com discursos ficcionais causa um efeito de intensificação dos conflitos da trama. Desse modo, as suas opções de enunciação estão a serviço da melhor expressão do enunciado.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José E. *Nação crioula: a correspondência secreta de Fradique Mendes*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LEME, Carlos Câmara. *O quintal da minha casa ocupou o mundo. Coleção Mil Folhas*. 2009. Disponível em: < <http://static.publico.pt/docs/cm3/escritores/78-JoseEduardoAqualusa/quintal.htm> >. Acesso em: 27 mar. 2016.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.



NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

SILVA, Alberto da Costa e Silva. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EdUERJ, 2004.

Texto recebido em 29 de março de 2016 e aprovado em 23 de maio de 2016.